

Alagação* em Rio Branco: a produção social sobre enfrentamento e planejamento urbano.

Fernanda de Almeida Pinto, Raquel Eline da Silva Albuquerque y Rodrigo Melz.

Cita:

Fernanda de Almeida Pinto, Raquel Eline da Silva Albuquerque y Rodrigo Melz (2017). *Alagação* em Rio Branco: a produção social sobre enfrentamento e planejamento urbano. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/706>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**Alagação* em Rio Branco: a produção social sobre enfrentamento e planejamento
urbano**

Fernanda de Almeida Pinto

fe.pinto19@gmail.com

UFRGS

Brasil

Raquel Eline da Silva Albuquerque

raqueleline.ac@gmail.com

UFRGS

Brasil

Rodrigo Luís Melz

rodrigo.melz@iffarroupilha.edu.br

UFRGS

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

A cidade de Rio Branco foi fundada às margens do rio Acre. De seringal à porto comercial; de vila à capital do estado sempre conviveu com a sazonalidade amazônica que alterna períodos de intensas chuvas com cheias e enchentes que atingem os moradores mais próximos e períodos de seca com a necessidade de racionar o abastecimento de água. A relação da população com o rio, a disputa por locais de habitação, e a relevância dos problemas ambientais na intencionalidade coletiva, criam um campo de disputas que inclui situações de conflito e de cooperação, com uma decorrente produção social que se expressa na produção do espaço, nos modos de vida e no marco regulatório. Em 2015 ocorreu a maior cheia do Rio Acre, que chegou a atingir 1/3 do território da cidade e demandou a cooperação entre atores sociais para o auxílio da população atingida. Além disso, colocou em questão a necessidade de ações de planejamento e políticas urbanas para enfrentar eventos futuros. Para compreender a produção social deste fenômeno é preciso considerar os atores sociais e os interesses em disputa. Atores tais como a administração municipal e o governo estadual, Ministério Público, associações de moradores, organizações ambientalistas, grupos empresariais, especuladores com a renda da terra, se encontram em um jogo que envolve relações que vão do conflito à cooperação, produzem fatos sociais e visam, em última instância, configurar um marco regulatório e uma política urbana que contemple seus propósitos. O uso da teoria da produção social, desenvolvida por Carlos Matus, permite compreender, a partir da análise de atores e dos recursos de poder que mobilizam, dos fatos que produzem na interação social e das acumulações que se consolidam, as tendências da produção social relacionadas a esse problema.

*Na região Norte é usada a palavra “alagação”, enquanto em outros locais do Brasil se usa a palavra enchente.

Palavras chave: Alagação, Rio Branco, Produção Social



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

The city of Rio Branco was founded on the banks of the Acre River. From seringal to commercial port; from village to state capital always lived with the Amazonian seasonality that alternates periods of intense rains with floods and floods that produce the nearest residents and periods of drought with the need to ration the water supply. The relationship between the population and the river, a dispute over housing places, and the relevance of environmental problems in collective intentionality, create a field of disputes that includes situations of conflict and communities, with a phase of production, social production, which is expressed in the production of space, in the ways of life and in the regulatory framework. In 2015 the largest flood of Acre River occurred, which reached 1/3 of the city's territory and requested a site among the companies for the aid of the population. In addition, he called into question the need for planning actions and urban policies to address future events. For a social development company, you have to consider the aspects and interests in dispute. The Public Prosecutor's Office, residents' associations, environmental organizations, business enterprises, speculators with an income from the land, are located all over the world, produce social facts and aim. , in the last instance, a regulatory framework and an urban policy that contemplates its purposes. The use of the theory of social production, developed by Carlos Matus, allowing, from the analysis of resources and resources of power that mobilize, the facts that produce social interaction and accumulations that are consolidated, such as trends of social production related to this problem. * In the North region a word "flooding" is used, while in other places of Brazil the word flood is used.

Keywords: Flooding, Rio Branco, Social Production



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. A formação da cidade de Rio Branco, a alagação de 2015, o planejamento urbano.

A cidade de Rio Branco está às margens do Rio Acre. De seringal à porto comercial; de vila à capital do estado, Rio Branco sempre conviveu com a sazonalidade amazônica que alterna períodos de intensas chuvas causando inundações que atingem os moradores mais próximos e períodos de seca com a necessidade de racionar o abastecimento de água. A relação da população com o rio, a disputa por locais de moradia e a relevância dos problemas ambientais na intencionalidade coletiva, criam um campo de disputas que inclui situações de conflito e de cooperação, com uma decorrente produção social que se expressa na produção do espaço, nos modos de vida e no marco regulatório.

Em 2015 ocorreu a maior alagação já registrada do Rio Acre, alcançando a marca de 18,40 metros. Cerca de 1/3 do território da cidade foi atingido e, de acordo com o Formulário de Informação de Desastre (Fide), 10.4 mil pessoas ficaram desabrigadas e outras 87 mil foram diretamente atingidas; 20.629 edificações tiveram a energia cortada e as aulas nas escolas públicas e particulares foram suspensas. A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) decretou estado de calamidade pública e estima-se que os prejuízos financeiros com a alagação chegaram a 274 milhões de reais.

Na época da criação de Rio Branco¹, a estação da cheia do Rio era vista como positiva, pois favorecia a navegação de embarcações de maior porte que facilitavam o transporte de mercadorias, em especial, o látex. Desde o início, eram constantes as alagações na cidade e, mesmo com a tentativa frustrada de mudá-la para a outra margem do rio, onde haviam terras mais altas, as relações estabelecidas naqueles lugares não puderam mais ser desfeitas.

Nas décadas de 1970 e 1980, dois fatores influenciaram no agravamento do problema: I) a expansão da fronteira agropecuária, que ocasionou forte movimento migratório da zona rural para a urbana e, ao mesmo tempo, estabeleceu práticas predatórias ao ambiente (NASCIMENTO, 2011, p.

¹ Rio Branco foi formalmente criada em 13 de junho de 1913 pelo Decreto Federal nº 9.831 de 23 de outubro de 1912 (LEITE, 2010)



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

265); e II) o crescimento populacional exponencial sem preparação prévia da cidade, que empurrou o contingente mais pobre da população às margens dos rios, deixando as áreas seguras e regulares da cidade para o mercado imobiliário (Morais, 2000). Segundo o IBGE em 1991 a população chegou a 196.871 habitantes, o que representava um índice de crescimento de quase 70% em relação à década anterior.

Mesmo os estudos a respeito das causas da alagação a partir da verificação dos aspectos naturais, como volume de chuvas ou ocorrência de eventos extremos climáticos, têm apresentado resultados coincidentes em reputar as causas sociais como preponderantes. De acordo com Duarte (2015, p.1), as recorrentes alagações no Acre não são causadas pelas mudanças do sistema clima e suas manifestações atípicas, pois essas alagações são previsíveis dada a regularidade sazonal do inverno amazônico. Os impactos das alagações devem-se à ocupação crescente e desordenada das planícies de inundação por populações socialmente vulneráveis.

Ao longo da evolução histórica da cidade, a alagação tem sido usada como justificativa pelos governos federal, estadual e municipal para a produção de políticas públicas de habitação e planejamento urbano posto que suas consequências agravaram especialmente nos últimos trinta anos. Esta ocorrência não é um fato isolado de Rio Branco pois, por todo o Brasil, os estudos sobre os assim chamados desastres naturais e eventos climáticos extremos estão associados ao tema do crescimento desordenado das cidades, que tem como maior expressão o déficit habitacional e a dificuldade de acesso à terra urbanizada.

Pelas informações apresentadas até aqui, é possível perceber que os episódios de alagação estão estreitamente ligados ao modo de ocupação do espaço urbano e à organização da sociedade. Este artigo é fruto de uma pesquisa em curso e tem por objetivo analisar a **produção social dos atores interessados no enfrentamento da alagação no ano de 2015.**



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Teoria da Produção Social

Para contribuir na compreensão dos processos sociais que emergem do ambiente de desastre, será utilizada a abordagem proposta por Carlos Matus em sua Teoria da Produção Social (TPS) uma vez que oferece suporte analítico que evidencia os processos de construção da realidade a partir da identificação dos atores sociais, suas atuações, os recursos em disputa e as regras a que estão submetidos. A TPS é o fundamento teórico para o método de planejamento criado por este autor e tem como objetivo compreender a complexidade da realidade com seus problemas quase-estruturados, o jogo social e uma teoria da ação. Como se originou de um esforço para ampliar a capacidade de governo, é um referencial adequado para a análise de políticas públicas, pois evidencia as relações de cooperação e conflito entre os atores sociais que estão dentro e fora do Poder Público.

Neste sentido, Misoczky (2002) utilizou este referencial para compreender o campo da atenção à saúde por meio da produção social de seus conceitos centrais: direito e descentralização. Em trabalho mais recente, Pinto, Misoczky e Flores (2017) analisaram a produção realizada pelos atores sociais interessados na disputa pela organização do transporte coletivo urbano rodoviário de Porto Alegre no período de 2012 à 2014, evidenciando a participação do Bloco de Lutas pelo Transporte Público como ator social criativo que influenciou a alteração das regras básicas do jogo. Outra produção científica que utilizou a TPS foi a de Melz (2017) que analisou a interação dos atores sociais envolvidos na fumicultura no Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, região com a maior produção de tabaco do país no período que compreendeu as negociações finais do texto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), tratado internacional proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS), até sua ratificação pelo Brasil.

Para Carlos Matus, tudo que existe foi produzido a partir da vida em sociedade, à exceção da natureza virgem:

O processo de produção social é uma rede de práticas humanas históricas, por meio das quais os seres humanos, a partir de seu estado biológico, transformam-se em pessoas e atores, e a natureza em seu estado bruto transforma-se em capital social. Nesse processo as pessoas e atores são ao mesmo tempo *produto* e *produtores*” (Matus, 2005, p. 275, grifo do autor).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Desta maneira, tudo o que se pode desfrutar ou sofrer no convívio social é a acumulação destas práticas e que tem sua dinâmica comparável à de um jogo. Matus (2005, p. 35) utiliza esta metáfora de jogo social porque “aponta para as relações de cooperação ou conflito entre os homens” e para definir “precisamente o *tipo de poder* que se está disputando e as regras para sua disputa, sejam elas formais ou de fato” (Matus, 2005, p. 319, grifo do autor). Não se leva em consideração apenas as situações atuais, mas também das acumulações ao longo do tempo, pois “trata-se de um jogo com história, com continuidade, de maneira que as vantagens alcançadas por alguns jogadores se transferem para as regras que regem a continuação do jogo social” (Huertas, 1996, p. 43).

Um conceito central para esta teoria é o de ator social, que é identificado como “participante de um jogo e um sujeito ativo que tem marca de identidade”, podendo ser a “cúpula ou a direção de uma organização e, excepcionalmente, uma personalidade” (Matus, 1996, p. 204) uma vez que preencha características específicas:

- (a) agir de modo criativo;
- b) ter um projeto que orienta sua ação, “mesmo que seja incoerente, errático ou parcial”;
- (c) controlar uma parte relevante dos recursos críticos do jogo no qual está interessado e, portanto, “ter força e capacidade para acumular ou desacumular força e, portanto, de produzir fatos sociais”;
- (d) participar do jogo, “não ser mero analista ou simples observador”;
- (e) ter uma organização estável “que lhe permita atuar com o peso de um coletivo razoavelmente coerente” ou, no caso de ser uma personalidade, ter “presença estável” atraindo, com suas ideias, uma coletividade social”;
- (f) ser “um produtor de atos de fala e de jogadas” (Matus, 1996, p.204).

O ator social age de acordo com sua motivação e no limite das suas capacidades. No jogo social, “cada jogador está situado em relação aos demais jogadores” (Matus, 2005, p. 373) e esta posição revela um interesse por cada jogada, que poderá ser classificado como de apoio (+), rejeição (-) ou indiferença (0), entretanto, estas posições podem ser transparentes ou mascaradas pois “ocultar ou manifestar sinceramente as posições são recursos do jogo social” (Matus, 2005, p. 375). Além disso, o valor se refere a importância que o ator confere tendo em vista os objetivos que persegue: muito alto (MA); alto (A); médio (M); baixo (B); e muito baixo (MB). Assim, a partir da análise das posições de cada ator, é possível interpretar sua motivação (Matus, 2005) e identificar possíveis ambientes de conflito.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Além disso, é importante analisar a posição de cada jogador que terão o campo de ação determinado por quatro tipos de vetores: personalidade, valores, capacidades e motivações (Matus, 2005). A seguir, em síntese, o que é e o grau de variabilidade de cada um destes vetores. O vetor de personalidade refere-se ao caráter do ator cuja modificação que, em geral, não varia durante o jogo. O vetor de valores, que podem evoluir ou regredir durante o jogo, refere-se à “importância dada aos objetivos que persegue no jogo”, que poderá ser muito alto (MA), alto (A), médio (M), baixo (B) e muito baixo (MB). As capacidades, adquiridas (ou perdidas) durante o jogo, referem-se à habilidades e recursos críticos por ele controlados, são as acumulações pessoais do autor ao longo da produção. E, finalmente, sua motivação, que é definida como “a convergência do interesse do valor que um ator confere a uma operação” (Matus, 1996, p. 104).

Além disso, é importante esclarecer os conceitos de força, poder e pressão que serão importantes para o entendimento da utilização do vetor de recursos críticos de cada ator social. Assim, a força é a acumulação concreta de recursos já realizada em um jogo em andamento; o poder é a “potencialidade para acumular força” que advém das regras do jogo e, a pressão, “que é a força aplicada por um ator em relação a uma jogada” (Matus, 1996, p. 128).

A força na TPS é multidimensional: código de personalidade, motivação, vetor de perícia, vetor de peso e vetor de suporte cognitivo. A motivação já mencionada; a personalidade está ligada a características pessoais do ator como carisma, inteligência, criatividade, etc.; vetor de peso, que é o controle do ator dos recursos em jogo; vetor de perícia, que é a habilidade do ator de usar os recursos que controla e o vetor de suporte cognitivo que “qualifica a tecnologia que o ator domina através de seus controles (Matus, 1996, p. 121).

Ao realizar suas jogadas, o ator pode criar “produtos intelectuais, tais como a linguagem, as ciências, os conceitos, as ideias, as instituições” ou “transformar a natureza virgem em capital social” (Matus, 2005, p. 276). Estes fluxos de produção podem se acumular (positiva ou negativamente), e gerar novas possibilidades no jogo social. Essas acumulações podem ser: a) pessoal, “fluxos da prática social constroem o mundo interior do homem, com suas capacidades intelectuais, emocionais e axiológicas, tendo como ponto de partida o homem biológico”; b) convencional, que são os



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

“conceitos, as teorias, ideologias e instituições” e, finalmente, c) material, “o mundo das coisas” (Matus, 2005, p. 276).

Cabe compreender que “o jogo social implica obrigatoriamente conceitos de coletividade, de agregação de seres humanos em cooperação, concorrência, conflito, empatia ou antipatia” (Matus, 2005, p. 279). Dentro desta analogia, as jogadas estão limitadas pelas regras, estas produzidas socialmente: seja expressamente, na forma de leis, em sentido amplo ou, tácitas, que mesmo sem estarem “escritas” fazem valer sua força na restrição da ação social. “As regras de fato, que geralmente são as mais importantes, são *regras de desigualdade*, que beneficiam uns e prejudicam outros. Naturalmente, os que são beneficiados pelas regras vigentes defendem-nas até a morte” (Huertas, 1996, p. 43, grifo do autor).

Considerando o que foi exposto, a análise que se pretende fazer das ações sociais que visam o enfrentamento de futuras alagações em Rio Branco, como um jogo em que serão identificadas as seguintes categorias:

- (a) ator social: “jogador criativo, não submetido a condutas rotineiras e estáveis”, com capacidades e motivações, com objetivos no jogo;
- (b) fatos sociais, jogadas ou fluxos: ações realizadas pelos atores, expressão da dinâmica do jogo;
- (c) acumulações: “indicam os recursos que caracterizam os atores sociais e as capacidades de produção criadas na história do jogo” que são por eles utilizadas;
- (d) regras do jogo: “determinam o espaço de variedades possível” das acumulações e dos fatos sociais (Matus, 2005, p. 292).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodología

Para identificar e analisar os resultados da produção social realizada pelos atores interessados no jogo social de enfrentamento da alagação após 2015 foram coletadas todas as informações de ações realizadas com o objetivo de enfrentamento a futuras alagações em Rio Branco.

Além disso, para que seja possível a identificação das ações sociais pertinentes a este problema serão coletadas informações sobre ações de resgate às vítimas, assistência social, organização de eventos para arrecadação de doações, declarações oficiais, atos normativos, Plano Plurianual do Município de Rio Branco, atos públicos, ações de movimentos sociais ambientais e de moradia, serviços urbanos afetados, manifestações de teor científico ou de entidades de classe como CREA, OAB e o que mais puder ser associado a estas ações.

Neste sentido, serão pesquisadas as notícias veiculadas durante o período crítico de transbordamento do Rio Acre, fevereiro a abril de 2015, e também fatos antecedentes e posteriores que sejam relevantes para elucidar quem são os atores sociais desta produção e a dinâmica que adotaram para suas ações se de cooperação ou antagonismo. Para tanto, serão coletados reportagens de jornais impressos e eletrônicos, bem como dados dispostos em sítios eletrônicos de associações, entidades ligadas a movimentos sociais ou mesmo de redes sociais para extrair falas ou ações de atores sociais. Além disso, publicações em veículos de comunicação oral (rádios, gravações) e audiovisuais (filmes, vídeos, televisão), e fotografias publicadas.

Uma vez coletado todo o material pertinente, deverão ser identificados os principais eventos e organizados em ordem cronológica e de relevância dentro do contexto analisado. Os acontecimentos observados e catalogados serão interpretados a partir do referencial teórico, a Teoria da Produção Social de Carlos Matus.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. Análise e discussão de dados

Tendo o *dna* das cidades da Amazônia, Rio Branco nasceu às margens de um rio que lhe servia como via de acesso e de transporte de mercadorias, em especial, o látex. Naquele período, a estação da cheia do Rio Acre era vista como positiva, pois facilitava a navegação de embarcações de maior porte. Desde o início, eram constantes as alagações e, mesmo com a tentativa frustrada de mudar a cidade para a outra margem do rio com terras mais altas, as relações estabelecidas naqueles lugares não puderam mais ser desfeitas.

O agravamento do problema ocorreu nas décadas de 1970 e 1980 por dois fatores independentes, mas interligados. O primeiro foi a expansão da fronteira agropecuária, que ocasionou forte movimento migratório da zona rural para a urbana e, ao mesmo tempo, estabeleceu práticas predatórias ao ambiente. Esta foi a conclusão de Nascimento (2011, p. 265) em sua tese, que relacionou as vulnerabilidades naturais e sociais da Bacia Hidrográfica do Rio Acre:

Concluimos assim que a forma como a pecuária extensiva é realizada ocasiona impactos significativos sobre a cobertura vegetal original, utilizando-se da derrubada e queima da floresta para implantação e a ampliação de pastagens e tem a produção de carne destinada para o mercado local e outras regiões do Brasil. Os amplos subsídios oferecidos à pecuária durante as décadas de 1970 e 1980 foram fundamentais para a predominância desta atividade no cenário econômico estadual, e que persiste, até a presente data como a mais forte do ponto de vista da atratividade. Situações de vulnerabilidade social relacionadas à pecuarização de vastas áreas da bacia se refletem nos indicadores de condições de vida, nos aspectos da baixa capacidade de geração de emprego, na concentração fundiária e no movimento de expulsão de população de áreas extrativistas para a periferia de Rio Branco (Nascimento, 2011, p. 265).

O segundo fator foi o crescimento populacional exponencial para o qual a cidade não estava preparada. Assim, o contingente mais pobre da população, impedido de ter acesso às áreas seguras e regulares da cidade pela lógica do mercado imobiliário foi formando as áreas periféricas da cidade e ocupando as margens dos rios (Morais, 2000). Naquele período, em resposta ao déficit habitacional e em relação direta com o problema dos alagados, foram construídos 21 conjuntos habitacionais pela Companhia de Habitação do Estado do Acre (COHAB), que financiou 6.617 casas populares entre 1971 e 1991. Ainda que ditos populares, o financiamento só era acessível a quem possuía ren-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

da entre 3 a 5 salários mínimos. Além disso, ficou negligenciada a regularização da cidade informal, contribuindo para a exclusão de áreas cada vez menos valorizadas (Morais, 2000). Este crescimento teve repercussão direta no agravamento dos problemas de infraestrutura, mobilidade e déficit habitacional. Conforme dados do IBGE, em 1991 a população chegou a 196.871 habitantes, o que representava um índice de crescimento de quase 70% em relação à década anterior (Morais, 2000).

É importante registrar que mesmo os estudos a respeito das causas da alagação a partir da verificação dos aspectos naturais, como volume de chuvas ou ocorrência de eventos extremos climáticos, têm apresentado resultados coincidentes em reputar as causas sociais como preponderantes: seja pela ação predatória do homem em relação à natureza (por exemplo, desmatamento), seja pela potencialização das consequências conforme o aumento da ocupação de áreas vulneráveis. Um destaque para o estudo realizado por Duarte (2015, p. 1), com dados da alagação histórica de 2015, que relaciona o volume de chuvas com dados de desigualdade social, considerando a população assistida pelo Programa Bolsa Família no Acre:

A mutabilidade do sistema clima e suas manifestações extremas, não apontam que as chuvas no Acre sejam a causa das recorrentes alagações urbanas. Essas alagações são previsíveis dada a regularidade sazonal do inverno amazônico. Os impactos das alagações devem-se à ocupação crescente e desordenada das planícies de inundação por populações socialmente vulneráveis (Duarte, 2015, p. 1).

Pelas informações apresentadas até aqui, é possível perceber que os episódios de alagação estão estreitamente ligados ao modo de ocupação do espaço urbano e à organização da sociedade. Esta ocorrência não é um fato isolado de Rio Branco pois, por todo o país, os estudos sobre os assim chamados *desastres naturais* e eventos climáticos extremos estão associados ao tema do crescimento desordenado das cidades, que tem como maior expressão o déficit habitacional e a dificuldade de acesso à terra urbanizada.

Uma vez que se amplia a escala da análise para o território nacional e do processo de urbanização acelerada nas cidades brasileiras, é necessário trazer à tona a atuação do Governo Federal desde a Constituição Federal de 1988 que foi um importante marco da política urbana. Os avanços na legislação urbanística nacional (Estatuto das Cidades, Políticas Nacionais de Saneamento, Mobilidade, Resíduos Sólidos), a institucionalização de Políticas Setoriais operacionalizadas no Ministério das Cidades, como o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), não foram suficientes para



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

resolver o maior conflito gerado pela mercantilização da terra urbana a custo cada vez maior. Uma vez que a valorização é diretamente proporcional aos investimentos públicos de infraestrutura e regras de uso e ocupação, a destinação de orçamento e espaços de participação são acompanhadas – e influenciadas – detidamente pelo capital imobiliário (Maricato, 2011). Nesta lógica, a compreensão é de que a solução do déficit habitacional, que tanto influencia a ocupação de áreas vulneráveis, tem obedecido à lógica do mercado e fracassado no Brasil e no mundo para contemplar as necessidades habitacionais concretas das pessoas (Rolnik, 2010).

É de fundamental importância esta conexão das repercussões dos eventos da natureza à ação humana pois o momento do desastre revela o “crescente processo de subdesenvolvimento e marginalização social” (Robaina, 2008, p. 93). Neste sentido, é imperioso que as abordagens sobre este fenômeno sejam desmistificadoras quanto aos processos sociais constitutivos e, obviamente, tenham a perspectiva de alteração da presente realidade. Esta compreensão é partilhada por Valencio et al. (2009):

Se os processos de territorialização, numa dada localidade, naturalizam as desigualdades sociais, as relações assimétricas entre os sujeitos tendem a um franco esgarçamento, sendo o desastre um acontecimento crítico que potencializa o rompimento da tolerância às injustiças sociais continuamente sofridas e cuja face inversa são os privilégios concedidos regularmente a outrem. Isto é, os que sobrevivem precariamente na lógica de mercado e vivenciam uma crescente desterritorialização quando testemunham a multiterritorialidade dos estabelecidos podem entender que a ruptura de normalidade do cenário, calcada numa ordem desigual, seja a oportunidade de discutir as bases dessa mesma ordem para a refeitura do lugar (p.6).

Tendo em vista que pertence a este mesmo contexto, é possível afirmar que, em Rio Branco, se expressam interesses contraditórios relacionados ao acesso da terra urbana e que as ações realizadas pelo Governo Estadual e Prefeitura sofrem a influência de grupos empresariais, especuladores de terra, como também de movimentos sociais, ambientalistas, dentre outros que possam intervir nesta dinâmica. O Poder Judiciário e Ministério Público participam também destes processos, visto que, mesmo formalmente, cabe a eles decidir sobre eventuais disputas.

Como um exemplo desta interação entre as escalas, é interessante registrar que, em meio ao período da alagação de 2015, foram entregues 967 moradias, construídas com recursos do PMCMV na Cidade do Povo, tendo, inclusive, a presença da Presidente da República no ato solene de entrega



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

(Cerimônia... 2015). Esta ação fazia parte de um projeto de remoção daqueles que residem entre a cota 14,90m e 16,00m e que já haviam sido contemplados com a habitação de interesse social, mas que só receberam as chaves das novas residências durante a inundação 2015, “apesar de as moradias já estarem prontas” (Domingos, 2015, p. 200).

Após o período crítico da alagação de 2015, a Prefeitura de Rio Branco conduziu o processo de revisão do plano diretor e o aprovou no final daquele ano. Uma vez que esta lei é instrumento de regulação de uso e ocupação do solo, sua aplicabilidade interfere diretamente na vida cotidiana da população que ocupa as áreas alagadas e bem como no valor dos terrenos em áreas mais seguras. No entanto, os anos seguintes e até o presente momento, não aconteceram outras alagações para que os impactos das alterações legislativas e demais ações para enfrentamento fossem percebidos.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusões

Neste artigo estão as informações iniciais da pesquisa em que o contexto histórico das alagações em Rio Branco demonstram que os graves impactos sociais negativos constatados no episódio de 2015 estão relacionados ao modo de vida e ocupação do espaço. O alto custo da terra urbanizada está relacionado à sua mercantilização e manutenção de privilégios de poucos ao seu acesso.

Em posterior desenvolvimento é preciso identificar as ações de cada um dos atores envolvidos e os fatos sociais produzidos por cada um deles. A regra do jogo permanece inalterada e desde já é possível afirmar que todos os esforços em nome dos “alagados” não mudaram a situação geral do jogo social.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

Acre. (2015). *Relatório de Avaliação de Danos e Prejuízos na Área Rural da Enchente de 2015 no Acre produzido pelo Governo do Estado do Acre*. Recuperado em 15 maio, 2017 de http://iquiri.cpaufac.embrapa.br/upload_files/relatorio_danos_prejuizos_enchente_de_2015_1.pdf

Almeida Neto, D. J. de. (2015). *A Dinâmica das Águas e das Gentes: História, Políticas Públicas e Percepção de Riscos no Acre*. 2015. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Alves, J. S. (2017) *Quando a rua vira rio: vulnerabilidade socioambiental urbana*. (1ª ed.). Curitiba: Appris.

Avila, L. O. de. (2015). *Vulnerabilidade das áreas sob ameaça de desastres naturais na cidade de Santa Maria/RS*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Boletim Alagação – Noite. (2015, 24 de fevereiro). *Agência de Notícias*. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/boletim-alagacao-24022015-noite/>

Cerimônia de entrega de 967 unidades habitacionais, dos residenciais Cidade do Povo, Rui Lino, Abunã e Cabreúva, do Programa Minha Casa Minha Vida. (2015, 11 de março). *Planalto*. Disponível em: < <http://www2.planalto.gov.br/centrais-de-conteudos/imagens/cerimonia-de-entrega-de-967-unidades-habitacionais-dos-residenciais-cidade-do-povo-rui-lino-abuna-e-cabreuva-do-programa-minha-casa-minha-vida>>

Cheia do Rio Acre deixa 7 mil sem aulas em Rio Branco. (2015, 01 de março). *GI*. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/cheia-do-rio-acre-deixa-7-mil-sem-aulas-em-rio-branco.html>

Coordenadoria Municipal de Defesa (Comdec/AC). Prefeitura Municipal de Rio Branco. (2017, 20 de maio). *Apresentação com informações sobre a alagação de 2015 em Rio Branco* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por raqueleline.ac@gmail.com.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico. Séries Temporais. População nos censos demográficos por situação do domicílio*. (2017, 25 de junho). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/sintese-de-indicadores>

Duarte, A. F. (2015). *A Vulnerabilidade Social Como Causa Fundamental Das Alagações Recorrentes No Estado Do Acre, Amazônia Ocidental*. Disponível em <<http://www.acrebioclima.net/p19upb1cbga5d1il610k3p3n7rn5.pdf>>



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Landmann, R. D. V. (2014). *“A ALAGAÇÃO OFENDE”*: A invisibilidade de um desastre relacionado às cheias atípicas na RESEX Alto Juruá, Acre. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Carlos.

Leite, A. P. (2010). *A Evolução urbana de Rio Branco (AC): de seringal à capital*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Lima, M. S. B. de. (1998) *Movimentos de massa nos barrancos do Rio Acre e suas implicações sócio-econômicas na área urbana de Rio Branco/Acre*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Maricato, E. (2011). *O Impasse da Política Urbana no Brasil*. São Paulo: Editora Vozes.

Matus, C. M. (1993). *Política, planejamento & governo*. (1ª ed.). Brasília: Ipea.

Matus, C. M. (1996). *Chimpanzé, Maquiavel e Ghandi: estratégias políticas*. São Paulo: Fundap.

Matus, C. M. (2005). *Teoria do jogo social*. São Paulo: Fundap.

Melz, R. L. (2017). *Os Interesses Manifestados pelos Atores Sociais no Jogo da Fumicultura no Vale do Rio Pardo/RS: uma Análise dos Fatos Sociais Produzidos de 2002 a 2005*. (Dissertação de Mestrado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Misoczky, M. C. (2002). *O campo de atenção à saúde após a Constituição de 1988: uma narrativa de sua produção social*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Morais, M. J. (2000) *Rio Branco – Ac, uma Cidade de Fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Nascimento, J. A. S. (2011). *Vulnerabilidade a eventos climáticos Extremos na Amazônia Ocidental: uma visão integrada na bacia do rio Acre*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Oliveira, R. C. (2011). *Estudo psicossocial e econômico das famílias atingidas por desastres naturais em áreas de risco na Cidade de Rio Branco-Acre: a expressão do desenvolvimento geográfico desigual*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Acre-UFAC, Rio Branco.

Pinto, F. A.; Misoczky, M. C.; Flores, R. K. (2017, maio/junho). A produção social do transporte coletivo urbano rodoviário de Porto Alegre – 2012-14. *Revista de Administração Pública (RAP)*. v. 3, n. 51, p. 348-368.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Robaina, L. E. S. (2008). Espaço urbano: relação com os acidentes e desastres naturais no Brasil. *Ciência e Natura*. v. 30, n. 2, p. 93-105. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/viewFile/9841/5900>

Rolnik, R. (2006). *A Construção de uma Política Fundiária e de Planejamento Urbano para o país – avanços e desafios*. Disponível em: www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/.../ensaio1_raquel.pdf

Santos, G. L. P. (2012). *Gestão Em Defesa Civil: Ocorrência De Eventos Extremos No Estado Do Acre*. (Monografia). Escola Superior de Comando de Bombeiro Militar (ESCBM/CBMERJ)Rio de Janeiro.

Silva, S. S. da. (1999) *A fronteira agropecuária acreana*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP, Presidente Prudente.

Valêncio, N.; Siena, M.; Marchezini, V. e Gonçalves, J. C. (2009). *Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RIMA Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd_oficinas/pdfs/Livro-Sociologia-Dos-Desastres.pdf